

## Sociedades fronteiriças: nas margens da integração sul-americana

Ricardo José Nogueira

### Introdução

Os países que compõem a América do Sul apresentam como característica histórica comum a origem colonial, que definiu marcas profundas na sua formação territorial. Foram cerca de três séculos de domínio externo, em que as decisões sobre o que fazer sobre o território terminou por consolidar localizações cujas atribuições estiveram voltadas aos interesses metropolitanos. O fato de atender os desígnios externos a partir da exploração de recursos naturais efetivou os lugares de produção: extrativa vegetal, mineral ou agrícola; as trocas comerciais criaram a necessidade de implantar portos em diversos pontos do continente, tanto na vertente atlântica, quanto na vertente do Pacífico; enfim, a necessidade de manter o poder sobre este continente exigiu a construção de lugares voltados a abrigar as representações políticas do domínio ibérico. A manifestação empírica destas condições será expressa através de áreas de produção de mercadorias, como minas e *plantations*, núcleos urbanos abrigando as capitais de Vice-Reinos, Audiências e zonas portuárias. Tal disposição espacial implantada neste continente terá um peso significativo na construção dos Estados-nacionais que surgirão a partir do século XVIII.

Somente após quase duzentos anos de independência política dos países é que começam a

surgir processos destinados a efetivar uma possível integração dos mesmos, através de mecanismos e organizações estatais visando acompanhar mudanças que já ocorrem em outros lugares do mundo. Afinal, o processo de constituição dos países na América do Sul não foi tão pacífico, pois, com o fim do império espanhol, as disputas entre as lideranças políticas *criollas* buscaram definir os territórios nacionais emergentes. Do lado atlântico, a transferência da corte de Portugal e a instituição do modelo Imperial de governo, impediu a fragmentação territorial, apesar de algumas revoltas regionais.

Este esboço introdutório tem o objetivo de mostrar que a constituição de centralidade (e do seu oposto) de alguns lugares no continente sul-americano ainda é fruto das ações coloniais, e que em geral a mudança, a distribuição ou a perda de centralidade pode levar séculos. Assim, Buenos Aires, fundada em 1530 e tornada capital do Vice-Reinado do Rio da Prata em 1776, permanece exercendo grande centralidade na Argentina nos dias atuais; Lima, no Peru, já foi fundada em 1535 como *Ciudad de los Reyes* e em 1543 foi transformada em capital do Vice-Reino do Peru. No início do século XXI, Lima exerce uma suprema centralidade no Estado peruano. Assim Caracas, Montevideu, Santiago. No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565, torna-se capital do Vice-reino português em 1763 e no início do

### Como citar este artigo:

NOGUEIRA, Ricardo José. "Sociedades fronteiriças: nas margens da integração sul-americana". In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 40-50 DOI 10.21507/9788563800367-02

século XXI, constitui a segunda maior aglomeração urbana do país. São Paulo, a maior concentração populacional do continente sul-americano, emerge em meados do século XIX com a agricultura do café; consolidou-se ao longo do século XX com a dinamização da atividade industrial; e hoje centraliza também a rede bancária, e serviços sofisticados. Ao contrário das demais cidades que citamos, ambas não são sedes do poder político. Assim, apresentaremos um debate sobre tais noções, consolidadas no discurso ordinário, assim como a existência de formas alternativas de integração que se manifestam no continente sul-americano.

## Desenvolvimento

O tema da mesa-redonda “Integração Sul-americana: quais centros?, quais periferias?”, um desdobramento do tema geral do evento “A Integração sul-americana e a inserção das regiões periféricas”, coloca de imediato um questionamento a cerca das noções de centro e periferia. O historiador francês Fernand Braudel (1996) deu uma contribuição ao debate quando analisa a formação de uma economia-mundo indicando o surgimento de regras tendenciais que definiriam as relações com o espaço. Segundo ele, a primeira regra é que tal formação varia lentamente no tempo; na segunda regra, destaca que no centro desta formação existiria uma cidade capitalista dominante, concentrando informações, capitais, créditos, etc. Ainda como parte da segunda regra, fala que os primados urbanos se sucedem, pois as cidades dominantes não são *in aeternum*; contudo, as cidades dominantes não concentram todas as funções. Enfim, aponta uma terceira regra que seria a hierarquização das diversas zonas desta economia-mundo em que todas estariam voltadas, polarizadas, para um mesmo ponto: o centro<sup>1</sup>.

Entre os geógrafos, a discussão, em essência espacial, mereceu diversos comentários, dos quais nós apenas vamos destacar alguns como:

Claude Raffestin (1993)- quando retoma Ratzel para dizer que este lia geograficamente o Estado considerando noções como “interior e o exterior”; “superior e inferior”; e o “centro e a periferia”. Raffestin dedica um capítulo de seu livro – Nodosidade, Centralidade e marginalidade, para indicar seu pensamento sobre estas noções. Afirma o seguinte:

Fazer referência ao centro ou à periferia é cristalizar uma relação em termos geométricos e, por isso, torná-la estática. Se quisermos construir uma análise a partir de noções dinâmicas, é preciso falar de organizações ou de grupos em situação de centralidade e de organizações ou de grupos em situação de marginalidade. (RAFFESTIN, 1993, p. 189).

Outro geógrafo que, antes mesmo de Raffestin, faz duras considerações a este par de noções é Yves Lacoste (1988), primeiro no capítulo “Marx e o espaço negligenciado”, quando, depois de afirmar que os raciocínios geográficos de Marx eram grosseiramente deterministas, aponta que a tradição marxista, a economia política, trabalha com uma metáfora espacial escorregadia como “centro” e “periferia”, e, posteriormente, no capítulo dedicado aos “Primórdios de uma grande polêmica epistemológica”, afirma que o próprio imperialismo é representado pela alegoria espacial do Centro e da Periferia.

Mais recentemente, Christian Grataloup, no verbete Centro-Periferia, escrito para o sítio Hypergeo, traça, de modo sucinto, a trajetória desta discussão, que teria começado com Sombart (1901), ampliado com os teóricos do imperialismo (Rosa Luxemburgo, Lenin) e ganhou sua forma atual com os economistas da teoria do desenvolvimento. Segundo ele, para estas noções terem sentido devem ser pensadas como relação entre lugares com fluxos assimétricos, onde se instaura uma hierarquia e um lugar tira proveito de outro, além de criar as condições de permanência e manutenção desta desigualdade. O fato deste modelo ser usado apenas para descrever gradientes ou diferenças espaciais, sem indicar as relações, foi o suficiente para torná-lo desacreditado, insuficiente.

1 Braudel inclusive faz referência à Teoria do Estado Isolado de von Thunen (p. 28) e seus círculos concêntricos.

Na Geografia, Alain Reynaud (1981) seria o difusor desta ideia. Reynaud afirma que existem diferentes termos para designar as regiões mais importantes de uma nação: pode ser *core* área, região motriz (Perroux), *Heartland*, Pólo de desenvolvimento. Porém, ele utiliza uma frase de uma comédia italiana do século XVIII que resumiria melhor o significado e o conteúdo do “centro”: “Lá onde as coisas acontecem” (p. 31). Esta frase, segundo ele, se aplicaria a todos os centros, desde o centro de um bairro, até o conjunto formado pelas megalópoles. É um conceito, portanto, que pode ser empregado em todas as escalas geográficas, porém difundiu-se como oposição entre lugares, como dominação entre lugares e, por isso, teve muita aceitação nas reflexões terceiro-mundistas. As características destes centros, segundo Reynaud, seria a massa de população que agrupa frente ao total da população; abrigaria, ainda, atividades de ponta, capitais abundantes, tecnologia e pessoal qualificado, além da capacidade de autodesenvolver-se utilizando seus próprios recursos. Também importante seria a rede de transporte e a rede financeira; associado a isso estaria o poder de decisão do lugar central sobre todos os outros lugares (p. 34). Quanto a periferia, Reynaud aponta que esta se define negativamente em relação ao centro, que lhe constitui o contrário, o complemento, tendo características antinômicas. Enfim, não dispõe de autonomia de decisão; seriam duas classes sócio-espaciais, as vezes rivais e solidárias.

Bernard Bret, ao apresentar o verbete Desenvolvimento, no mesmo sítio, argumenta que o desenvolvimento desigual se expressa de fato na organização dos territórios quanto as condições de vida das populações, da urbanização, a densidade e a configuração das redes de circulação, a distribuição dos equipamentos públicos, a intensidade das atividades econômicas, a repartição dos poderes de decisão, assim como as assimetrias de fluxos.

Por último, a proposição de John Agnew sobre o imaginário geopolítico permite também compreender estas “antinomias espaciais”, pois está constituído por quatro ideias fundamentais que são: a) a concepção do mundo como uma só

entidade físico-política, embora dividida, uma realização da imaginação impossível antes do encontro dos europeus com o resto do mundo (separa o que vê de seu próprio mundo; o mundo além do seu é caótico e perigoso, apontando para a existência de geografias binárias: ocidente X oriente; Norte X Sul...); b) A conversão do tempo em espaço, em que os blocos do mundo se definiram a partir de um deles: o ocidental ... europeu, e em contraste com a existência do primitivo, ou avançado, desenvolvido, subdesenvolvido, elaborando ou instituindo uma hierarquia entre os lugares, entre as sociedades humanas; c) a organização geográfica do poder não está necessariamente unida, em todo momento, à territorialidade dos Estados em virtude da emergência de sociedades globais, movida por outros atores; d) Igualdade normativa entre os Estados e a desigualdade real entre eles: potências e subordinados; a luta pela supremacia, corrida à sobrevivência pautada ainda na concepção de Estado como organismo.

Na Geografia brasileira, Manuel Correia de Andrade (1970) traz à luz os conceitos de centro e polarização para discutir o desenvolvimento, mas é com Milton Santos, no livro *Economia Espacial* (1979) que este debate aparece de modo crítico e o autor atribui a Mark Jefferson, com a noção de Primazia, a origem do modelo centro (polo)-periferia; depois as contribuições de Gunder Frank, Raul Prebisch, John Friedmann, apontando que a periferia dá mais para o centro do que recebe de volta.

Não poderia deixar de mencionar aqui a contribuição de Herve Thery, quando num artigo sobre a “Situação da Amazônia e do Brasil” (2005), coloca esta região como central na América do Sul, a partir de uma mudança na observação das escalas de circulação decorrente das inúmeras intervenções voltadas a articular todo o continente através de rodovias, ferrovias, hidrovias.

Foi a partir destas considerações que procuramos elementos para compreender o processo de integração na América do Sul, seus centros e suas periferias. Saliente-se que a ênfase do sentido de integração aqui exposta é



criadas para viabilizar acordos e tratados, como Mercosul, OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), CAN (Comunidade Andina), IIRSA (Iniciativa para Integração de Infraestrutura da América do Sul). Habitamo-nos a interpretar os fenômenos de integração a partir dos volumes de comércio, transações financeiras, os “corredores”, os fluxos de importação e exportação entre os Estados-membros. Colocamos como problema porque sabemos que hoje a organização geográfica do poder vai muito além dos Estados, abrigoando outras fontes e atores que forçam sua participação nas ações institucionais; e regra geral o Estado observa o seu território a partir das porções fundamentais, das áreas que ele considera prioritária: a capital, a fronteira, os centros mais densos de população, o centro financeiro e industrial, portos e refinarias, etc.

Enfim, o último ponto diz respeito à minha localização, ao meu posto de observação, ao meu espaço vivido neste continente, a cidade de Manaus, no Amazonas. Como analisá-lo e compreender os processos de integração sul-americano a partir de onde estou? Poderia iniciar apontando que o Norte do Brasil apresenta peculiaridades nas relações estabelecidas com os países fronteiriços marcadas pela: a) estrutura reticular existente; b) densidade e intensidade dos fluxos; c) rede urbana. A estrutura reticular é dada pela bacia hidrográfica que drena para o lado brasileiro fluxos do Peru, da Bolívia, e da Colômbia. Pessoas, com suas histórias, tradições, valores e costumes, e mercadorias por aí circulam desde o século XVIII. É importante lembrar que grandes rios do continente são drenados de outros países para o Brasil, como o rio Madeira, o rio Javari, o rio Purus, o rio Juruá, o rio Solimões, o rio Iça (Brasil)/Putumayo (Colômbia), o rio Japurá (Brasil)/Caquetá (Colômbia) e o rio Negro e que isto condicionou e consolidou formas de relacionamento e integração entre os habitantes das diferentes nações. Somente depois da metade do século XX é que os Estados voltam-se às suas respectivas sociedades amazônicas, adotando políticas territoriais semelhantes, como colonização, exploração de recursos naturais, agropecuária. Quanto a densidade e intensidade

destes fluxos, eles respondem a dois imperativos que são: o contingente populacional existente e a distância entre eles. É a partir disso que Estado e Empresas organizam suas redes de distribuição de bens e serviços. A rede urbana é rarefeita (com poucas cidades), dispersa (núcleos distantes entre si) e com forte desequilíbrio populacional. É este arranjo territorial que ações de integração física como o IIRSA tentam dinamizar através das proposições de diversos eixos.

Contudo, o que gostaríamos de ressaltar é a histórica relação já existente entre as sociedades fronteiriças, independente das ações dos Estados-nacionais, destacando que as zonas de fronteira na América do Sul sempre estiveram muito mais voltadas ao contato que ao isolamento. Em que pese determinados resquícios de conflitos do passado que povoam o imaginário nacional de cada país como resultados de suas formações territoriais, presente inclusive nos livros de geografia e história nacionais<sup>3</sup>, não podemos indicar a existência de “pontos quentes” no continente além das pendências residuais entre Chile e Bolívia, Venezuela e Guiana e Colômbia e Panamá.

Este destaque dado à integração entre as sociedades fronteiriças e não propriamente ao Estado tem por objetivo mostrar que, por um lado as ações dos Estados sobre seus territórios tomam como referência os pontos mais dinâmicos destes, reforçando o caráter de centralidade já existente. Por outro lado, as sociedades localizadas fora destes pontos ou eixos sempre buscaram alternativas para suprir suas necessidades independente do Estado, mesmo que isso implicasse atravessar uma fronteira.

Estas questões são colocadas como alternativa à interpretação dos processos de integração pautados por organismos como Mercosul, OTCA, CAN ou mesmo acordos bilaterais. É alternativa também à visão que toma como referência os movimentos sociais latino-americanos

||||||||||||||||||||||||||||||||||||||||||||

<sup>3</sup> A este respeito ver nosso artigo “Estados-nacionais, Fronteiras e o ensino de Geografia”, publicado na Revista *Fronteiras em foco*, v. 3, Campo Grande, MS, 2011.

organizados como resistência à exploração do continente pelo capital internacional. A base para isto é dada pelas reflexões realizadas pelo que se denomina “contrageografia” (SASSEN, 2003 *apud* LIMA, 2013), sendo aqui expressa empiricamente pelas relações fronteiriças instituídas por seus habitantes que, reconhecidamente, sabem tirar proveito desta condição fronteiriça. Ou seja, acreditamos que, tomando como referência as relações horizontais dos territórios-zonas, de proximidade, de contiguidade espacial, enfim de solidariedade, podemos construir outro discurso para compreender a integração sul-americana, pois as verticalidades dos territórios-redes não comportam os vácuos existentes entre os centros. E este outro discurso poderia ser o fundamento para estimular e mesmo ampliar as integrações já existentes há muito tempo nas zonas fronteiriças.

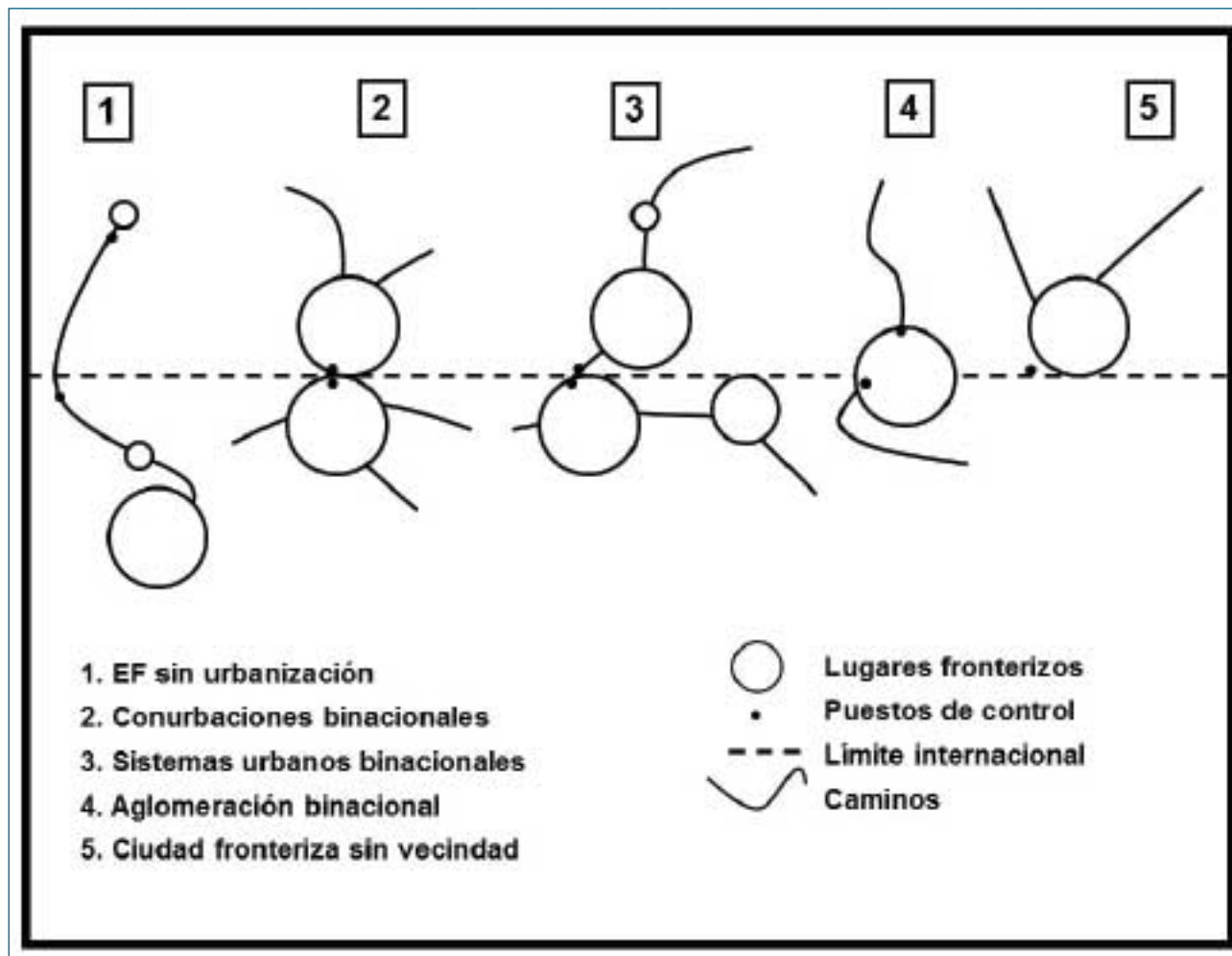
As sociedades fronteiriças têm se constituído como foco de estudo pelo fato de apresentar-se como um lugar que, apesar de ser ponto de interrupção de institutos legais dos Estados, seus habitantes procuram estabelecer vínculos mútuos e complementares quando as relações dos Estados assim o permitem. Reconhecemos que há uma dificuldade em ultrapassar, ir além do imaginário fronteiriço como lugar de contravenções diversas, pelo uso que as distinções legais asseguram. Imaginar as fronteiras como lugar de livre circulação ainda é uma barreira muito grande, principalmente para quem está situado fora dela, ou seja, no centro. Ao longo da linha fronteiriça de qualquer estado se encontram cidades que podem ter se originado de pontos de vigilância, controle, civil ou militar, ou mesmo ponto de trocas comerciais.

Quando a linha de fronteira abriga cidades em ambos os lados, costumam ser denominadas de cidades-gêmeas, porém nem sempre a história permite, de fato, esta condição. É importante tecer algumas considerações a propósito desta adjetivação, pois é comum apontar que as cidades localizadas na fronteira internacional, uma de cada lado, são gêmeas pelo simples fato de apresentarem contiguidade espacial; quando suas malhas urbanas são integradas; quando há

fluxos livres entre ambas; ou quando apenas uma ponte as separa. Elas podem ter origens distintas, motivações diferentes em sua gênese que pode ser civil, comercial, militar ou até religiosa; podem também apresentar um desequilíbrio populacional, com ofertas de serviços maiores numa delas, criando assimetrias; os Estados aos quais pertencem podem ter relações amistosas ou não, o que termina por reverberar na fronteira; o câmbio e as trocas, sempre definidos pelo centro, podem oscilar o movimento comercial, pendendo para um lado ou para outro, dificultando a assimilação de cidades-gêmeas.

Os “modelos” são os mais diversos, contudo tomaremos como referência aqui dois artigos: o primeiro, apresentados por Cuisinier-Raynal (2001), que parte da realidade da fronteira peruana; e o segundo de autoria de Benedetti (2014). Ambos ilustram as possíveis formas de integração urbana fronteiriça. De modo sumário, apresentamos as proposições de Cuisinier-Raynal para as situações singulares da dinâmica fronteiriça: a) Margem: dinâmica local e interna a cada país; b) Zona-tampão: quando um país cria restrições de contato fronteiriço a partir da instituição de parques ou reservas naturais; c) Frentes: formas de ocupação que podem ter origem cultural ou militar; d) Capilar: quando ocorrem vínculos, trânsitos e trocas principalmente no nível local; e) Sinapse: onde há forte grau de integração entre as populações e incentivo dos países para tal. A partir dessa caracterização, Cuisinier-Raynal aponta desdobramentos e possibilidades de matrizes de interações entre as cinco proposições básicas.

O segundo modelo, de Alejandro Benedetti, é uma proposição de estudos fronteiriços para o continente sulamericano. Para consolidar seu modelo de estudos dos espaços fronteiriços, Benedetti indica a existência de seis componentes principais: a) a diferenciação territorial, que diz respeito à gênese de cada formação nacional; b) fronteirização, ligada à implantação de objetos e ações do Estado-nacional voltados ao controle das fronteiras; c) Territórios interiores, ou seja, as divisões subnacionais que são próprias a cada país e que na fronteira estabeleceriam “relações

**Figura 1.** Lugares de Fronteira: padrões de localização.

**Fonte:** Elaboração de Benedetti (2014)

paradiplomáticas”; d) Territórios exteriores, constituídos pelos blocos ou associações de países com decisões multilaterais dedicadas seja a gestão de bacias hidrográficas, seja à circulação de mercadorias; e) Lugares de fronteira: os pontos de encontro e convivência urbana mútua pelos habitantes, que organizam seus tempos e espaços a partir dessa condição espacial; f) Mobilidades: estão associadas à processos de continuidade que viabilizam a fluidez, ou descontinuidade, que criam barreiras ao movimento. Podem ser criados pelas sociedades fronteiriças (os caminhos) ou por ambos Estados (via férrea, rodovias) que tem o poder de controle dos fluxos.

Interessa-nos propriamente o componente “Lugares de fronteira”, em que o autor elabora uma representação para demonstrar as possíveis

formas de integração fronteiriça:

Ambos os modelos demonstram que o Estado, independente da dimensão territorial, da forma ou regime de governo, do PIB (produto interno bruto) ou do IDH (índice de desenvolvimento humano) tem na sua linha de fronteira a marca de sua existência. Num momento em que a tendência imposta para os Estados-nacionais é o enfraquecimento das fronteiras para a ampliação das trocas comerciais, ela é a única referência de garantia do poder soberano. Sem fronteira não haverá Estado.

Mas os modelos não apontam apenas as ações destinadas à segurança e seus dispositivos. Também destacam a existência de processo de integração em diversos níveis de intensidade, até mesmo independente dos Estados limítrofes. Ou seja, as

sociedades fronteiriças também podem criar uma identidade mútua assegurando solidariedades no nível local para resolução imediata de problemas de ordens diversas.

Apresentaremos aqui, ainda que de modo abreviado, duas experiências tri fronteiriça para mostrar aspectos de integração que escapam as ações dos Estados-nacionais: Brasil-Peru-Colômbia e Brasil- Peru- Bolívia.

A primeira tem como característica fundamental, em nosso entendimento, a inexistência de rodovias que interliguem os centros de poder; esta área possui como ponto nodal as cidades de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia), complementada com os povoados peruanos de Santa Rosa e Islândia. Este triângulo fronteiriço tem origem colonial, porém é somente no final do século XIX que começa a ganhar maior visibilidade por conta da extração da borracha natural. As definições territoriais estavam em curso entre Brasil e Colômbia; e entre Colômbia e Peru as relações eram indefinidas. Na atualidade, o ponto principal de apoio do Peru é a cidade de Iquitos, distante 350 quilômetros da fronteira, com acesso fluvial, e distante 700 quilômetros de Lima. Pelo lado brasileiro, é Manaus, distante 1.100 quilômetros que dá suporte, com acesso fluvial e aéreo; enquanto que pela Colômbia, o acesso é mais complicado, estando Bogotá a 800 quilômetros de distância<sup>4</sup>, com acesso predominantemente aéreo. Na atualidade, verifica-se uma forte complementaridade – que chamaríamos de integração - neste ponto fronteiriço, com as diversas nacionalidades buscando apropriar-se das distinções existentes para poder suprir as suas necessidades de bens e serviços. Institucionalmente, há uma maior integração entre brasileiros e colombianos, do que entre colombianos e peruanos, resquício do conflito passado ocorrido em 1930 quando a Colômbia assume o controle da região chamada Trapézio Amazônico. Nesta fronteira, as lideranças locais – comerciantes e políticos – conseguem se organizar através de uma “Comissão de Vizinhança” para discutir problemas comuns que exigem urgência

no nível local, ao mesmo tempo em que negociam com as instâncias superiores de poder<sup>5</sup>. As estruturas de circulação resumem-se a aeroportos e portos. A figura 2, além de mostrar a fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, destaca a imensa região internacional sem estrutura rodoviária para interligar os inúmeros núcleos urbanos dos diversos países. Isto implica numa forma específica de circulação, em que o transporte fluvial assume grande responsabilidade, enquanto o transporte aéreo liga os poucos pontos mais densos.

A outra tríplice fronteira – Brasil, Peru e Bolívia- apresenta como uma das características ser atravessada por um dos eixos rodoviários do IIRSA; abriga a instituição de uma organização denominada de Iniciativa MAP, um movimento social transfronteiriço – Madre de Dios ( Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), surgida a partir de um evento científico realizado na cidade de Rio Branco, Acre, em 1999, para discutir clima, desenvolvimento sustentável, uso do solo, etc., com representantes de instituições científicas dos três países. As propostas de integração, biodiversidade, manejo de bacias (comuns aos países), circulação, transmissão de experiências entre os agricultores foram surgindo nos eventos seguintes, para enfim, depois de ampliar a participação da população, discutir cooperação e desenvolvimento regional. Esta organização possui um caráter fortemente ambiental, por isso mesmo pauta-se em três documentos fundamentais: a Carta da Terra, a Declaração do Rio sobre meio ambiente e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. É um movimento que acredita na possibilidade de construção de políticas públicas e a gestão participativa dos territórios que compartilham. Procuram tirar proveito das estruturas de circulação destinadas a atravessar a região, como rodovias e pontes (ver figura 3). Hoje, com uma autonomia muito maior, já realizou dez encontros acumulando experiência de transferência de conhecimento, negociação



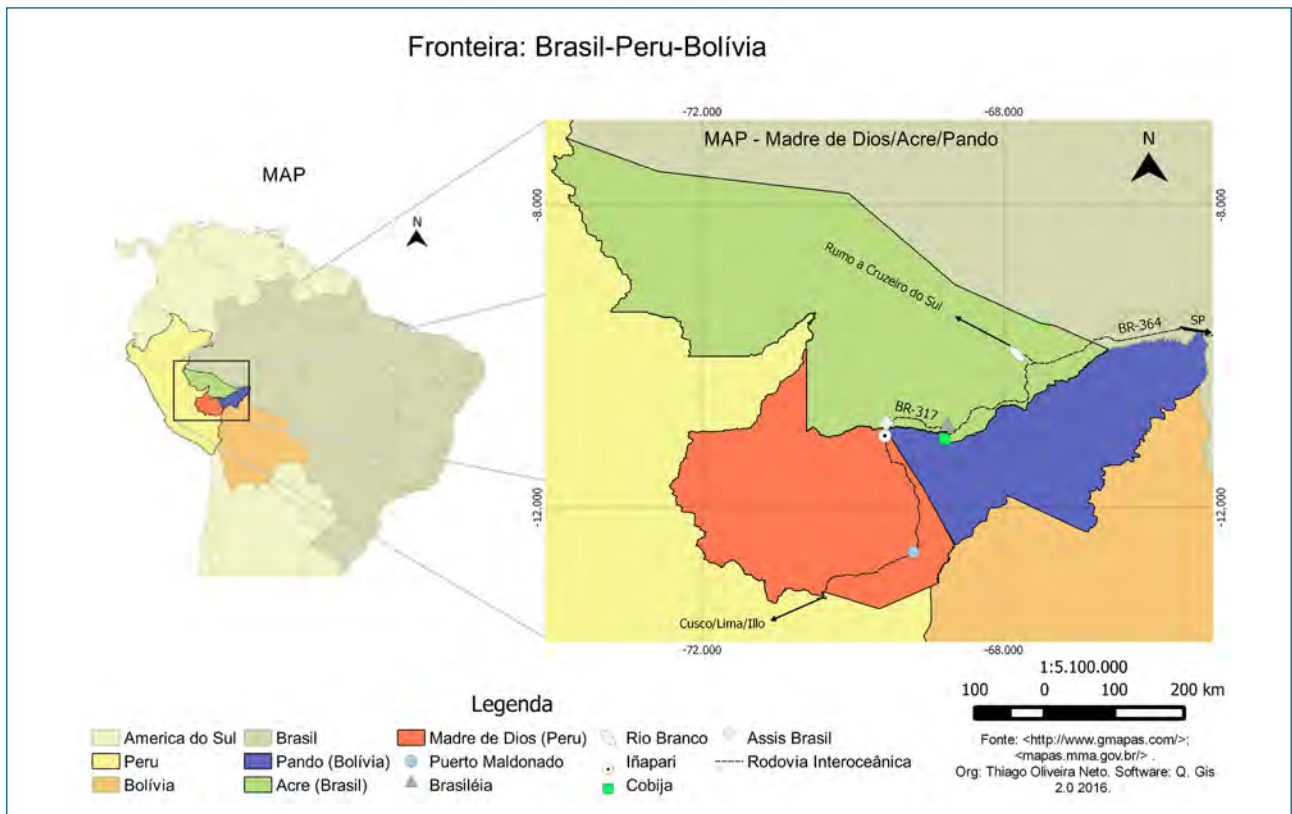
<sup>4</sup> O acesso fluvial à fronteira é pelo rio Putumayo, que entra no Brasil com o nome de rio Iça.



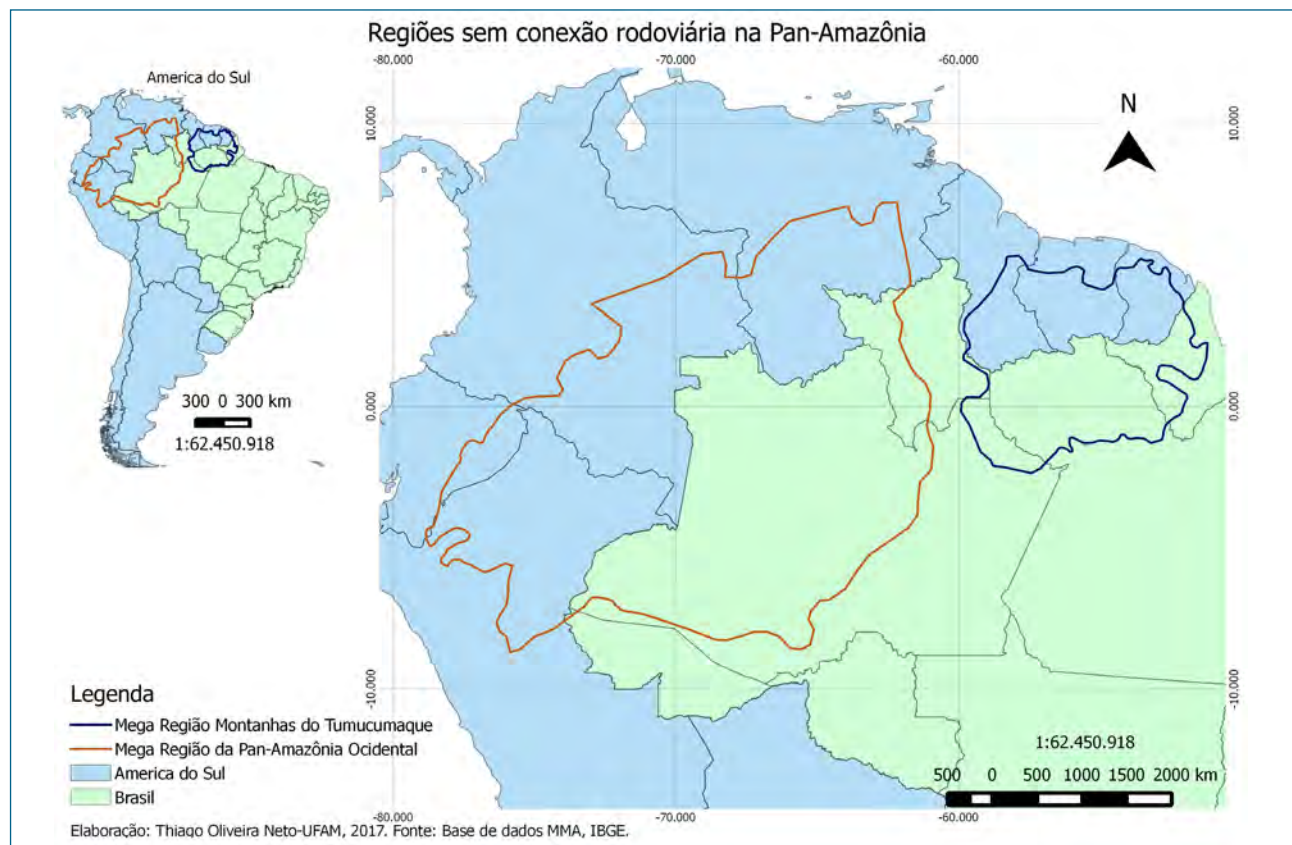
<sup>5</sup> As sociedades fronteiriças nem sempre podem esperar decisões de cúpulas para resolução de questões locais, simultaneamente internacionais.



**Figura 2.** Duas áreas que somam cerca de dois milhões de quilômetros quadrados sem estrutura rodoviária.



**Figura 3.** Região tri-fronteiriça Brasil- Bolívia-Peru



como os poderes, envolvimento de populações diversificadas.

## Considerações finais

O tratamento dado à questão das noções clássicas na Geografia de Centro e Periferia neste artigo, procurou evidenciar um pouco da polêmica existente entre autores e campos disciplinares. Mais que isso, é importante salientar que estas noções não são compreendidas isoladamente: a referência a qualquer uma delas remete à outra. Deve-se destacar ainda que são noções amplamente utilizadas no vocabulário comum e facilmente compreendidas, daí o próprio Reynaud fazer referência à comédia italiana. A problematização aparece quando se pretende refinar o conceito e determinados elementos são acrescentados para ajustar a compreensão. A começar com a escala, em seguida as densidades, e a eleição de variáveis que muitas vezes são utilizadas para defini-las.

A dimensão territorial da América do Sul e o processo de formação territorial dos Estados-nacionais aí localizados, constituíram algumas “localidades centrais” que ainda abrigam o poder de centralização, enquanto outras sucumbiram à ascensão de outros lugares, referendando o que Braudel argumenta. Do mesmo modo, as periferias se alteram com as oscilações das dinâmicas dos centros. Apontamos que o passado colonial foi responsável por consolidar núcleos, reforçados com a emergência dos Estados independentes, agora colocados numa relação mais livre com o exterior, exigindo um novo ordenamento do território.

Diante disso, e pautados na ideia de integração, procuramos mostrar como os lugares fronteiriços encerram por apresentar formas próprias de integração, visto que comungam praticamente os mesmos anseios em virtude da relação de proximidade entre eles e de distanciamento em relação aos centros nacionais. Estes, por sua vez, possuem a capacidade de decidir o destino dos demais, pois centralizam as decisões.

Como manifestação empírica disto, mostramos como as zonas de fronteiras entre Brasil – Peru

– Colômbia, em seus lugares mais dinâmicos, procuram resoluções aos problemas imediatos e urgentes, deixando para um momento posterior os acordos e decisões das capitais nacionais. Este é um exemplo de como as escalas geográficas e os lugares de decisão ganham importância quando se trata de processos de integração cuja maior referência sempre foram os núcleos centrais de poder. Mais evidente foi o outro exemplo da fronteira Brasil – Peru – Bolívia, em que os grupos sociais dos três países, a Iniciativa MAP- tomaram para si a decisão de fortalecer a integração fronteiriça a partir de pautas estabelecidas por eles próprios e aproveitando, ainda, a passagem de um grande eixo rodoviário definido nos lugares centrais através da IIRSA.

Enfim, acreditamos que a Geografia tem muito a contribuir com as tomadas de decisões sobre as políticas territoriais nas mais distintas escalas.

## Referências

- AGNEW, John. *Geopolítica. Una re-vision de la politica mundial*. Madrid, Trama Editorial, 2003.
- ANDRADE, Manuel C. *Espaço, Polarização e desenvolvimento*. São Paulo, Ed. Atlas, 1970.
- BENEDETTI, Alejandro. Espacios fronterizos del sur sudamericano. Propuesta de un modelo conceptual para su estudio. *Estudios Fronterizos*, nueva época, vol. 15, núm. 29, enero-junio de 2014, pp. 11-47.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, Economia e Capitalismo*. Vol. 3: O Tempo do mundo. Tradução: Telma Costa. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1996.
- BRET, Bernard. *Desarrollo*. Disponível em: <<http://www.hypergeo.eu/spip.php?article604>> Acesso em 10 de jan. de 2017.
- CUISINIER-RAYNAL, Arnaud. La frontière au Pérou entre fronts et synapses. *Belin. L'Espace géographique*. 2001/3 tome 30, pp. 213-230.
- GRATALOUP, Christian. *Centre/Périphérie*. Disponível em: <<http://www.hypergeo.eu/spip.php?article10>> Acesso em 10 de jan. de 2017.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo, Ed. Papirus, 1988.
- LIMA,IVALDO. A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, v. 3, n.2, p. 149-168, 2013.
- LIMA, Mirian K. L. *MOVIMENTO SOCIAL MAP como Emergente Paradigma Transfronteiriço na Amazônia Sul Ocidental*. Dissertação de mestrado UFSC/UFAC, Florianópolis, 2008.

- NOGUEIRA, Ricardo J. B. Amazonas: *A divisão da "monstruosidade geográfica"*. Manaus, EDUA, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo, Ed. Ática, 1993.
- REYNAUD, Alain. *Société, Espace et Justice*. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k48070353/f51.item.zoom>> Acesso em: 14 de out. de 2016.
- SANTOS, Milton. *Economia Espacial*. São Paulo. Ed. Hucitec, 1979.
- THERY, Herve. Situação da Amazônia no Brasil e no continente Sul-Americano. *Revista Estudos Avançados*, vol. 19, nº 53, 2005, pp. 37-49.

### **Ricardo Nogueira**

Graduado em Geografia pela UFAM; mestrado e doutorado pela USP. Professor-Associado IV, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM. Atua na área de Geografia Política e Regionalização. Autor do livros: Amazonas, um estado ribeirinho; A divisão da monstruosidade geográfica e Território e Ambiente na Amazonia (organizador) além de artigos em revistas nacionais e internacionais.

**E-mail:** [nogueiraricardo@uol.com.br](mailto:nogueiraricardo@uol.com.br)